



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0556/11	DATA: 24/05/2011
INÍCIO: 15h43min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 57min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**SUMÁRIO:** Deliberação de requerimentos. Esclarecimentos da Consultoria acerca de decisões do Conselho Nacional de Educação.

OBSERVAÇÕES
Houve participação de consultores da Casa. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da sétima reunião, realizada em 18 de maio. Pergunto se há necessidade da leitura da mesma. *(Pausa.)*

O nobre Deputado Artur Bruno pede a dispensa da leitura da ata. Não havendo discordância, a leitura fica dispensada.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com o seu inteiro teor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Srs. Deputados, comunico que a partir da próxima semana as comunicações de reuniões ordinárias e extraordinárias desta Comissão serão enviadas exclusivamente por *e-mail* aos endereços institucionais dos Srs. Parlamentares, dos consultores e das lideranças.

Na eventualidade de o destinatário utilizar outro endereço que não o institucional, solicito que informe à secretária da Comissão, por telefone ou através do *e-mail* [cesp.pne@camara.gov.br](mailto:cesp.pne@camara.gov.br).

Quero dar conhecimento a todos dos próximos encontros regionais estaduais: Boa Vista, 27 de maio, sexta-feira; São Paulo, 3 de junho, sexta-feira; Curitiba, 6 de junho, segunda-feira.

Devidamente também agendado — falta colocá-lo aqui — está o dia 10, em Belo Horizonte. Inclusive, depois haverá um almoço oferecido pelo Governador Anastasia, que deseja conversar com os membros da Comissão.

Passamos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa o Requerimento nº 51, de 2011, do Exmo. Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, que requer a realização de encontro regional com a finalidade de



debater o Plano Nacional de Educação na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Requerimento nº 52, de 2011, da Deputada Alice Portugal, que *“solicita realização de audiência pública para ouvir o Ministro do Esporte sobre as políticas de transversalidade entre o esporte e a educação no âmbito do PNE”*.

Requerimento nº 53, de 2011, também da nobre Deputada Alice Portugal, que *“solicita seja realizada audiência pública para debater a discriminação de gênero e a elaboração de políticas que combatam o preconceito e a violência contra as mulheres no PNE”*.

Requerimento nº 54, de 2011, dos Srs. Deputados Artur Bruno, Ariosto Holanda, Chico Lopes, José Linhares, Gastão Vieira e Angelo Vanhoni, que *“requer a realização de audiência pública para debater o Programa de Alfabetização na Idade Certa e as escolas integradas de ensino médio e profissional”*. Convidados o Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e a Exma. Sra. Secretária de Educação, Maria Izolda Arruda Coelho.

Requerimento nº 55, de 2011, do Deputado Nelson Marchezan Junior, que requer a realização de audiência pública e três encontros regionais no Estado do Rio Grande do Sul com a finalidade de debater o PNE.

Esses são os requerimentos sobre a mesa.

Apenas dois requerimentos, ambos de autoria da Deputada Alice Portugal, não estão na mesma linha dos outros: um convida o Sr. Ministro do Esporte para proferir palestra nesta Comissão e o outro solicita a realização de uma audiência pública para debater o preconceito e violência contra as mulheres.

Os outros três requerimentos, de autoria dos Deputados Nelson Marchezan Junior, Artur Bruno e outros versam sobre o mesmo tema. Posso colocá-los em votação em bloco? *(Pausa.)*

Então, vamos colocar em votação o Requerimento nº 51, de 2011, do Deputado Nelson Marchezan Junior; o Requerimento nº 54, do Deputado Artur Bruno e outros, e o Requerimento nº 55, do Deputado Nelson Marchezan Junior.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.



As Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com o inteiro teor dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR** - Sr. Presidente, apenas para registrar: são três encontros regionais e um aqui nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR** - São quatro, na verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Exatamente. São quatro, sendo três regionais.

Vamos colocar em discussão e votação o requerimento da Deputada Alice Portugal referente ao convite ao Sr. Ministro do Esporte.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Está aprovado o requerimento da Deputada Alice Portugal.

Último requerimento, também de autoria da Deputada Alice Portugal, que *“solicita seja realizada audiência pública para debater a discriminação de gênero e a elaboração de políticas que combatam o preconceito e a violência contra as mulheres no PNE”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o requerimento, em votação. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento da Deputada Alice Portugal.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Poderia repetir o teor do requerimento, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - *“Solicita seja realizada audiência pública para debater a discriminação de gênero e a elaboração de políticas que combatam o preconceito e a violência contra as mulheres no PNE”*.

Com relação a esse assunto, antes de o Deputado Artur Bruno se retirar, já que praticamente esgotamos a pauta, quero discutir com V.Exas. a possibilidade não de realizarmos uma audiência pública, mas de ouvirmos uma posição, mesmo que não seja oficial — pelo entendimento do Sr. Ministro, ainda não há nada oficial —, relacionada a essas cartilhas, que tanto debate têm suscitado aqui nesta Casa.



Eu pensei em convidar o nosso colega, ex-Deputado, ex-Presidente da Comissão de Educação, uma figura por demais conhecida de todos nós, o Deputado Carlos Abicalil, que responde, neste momento, por uma secretaria no Ministério da Educação — MEC. Que nós abrissemos um espaço em nossa reunião de terça-feira próxima para que S.Sa., durante 20, 25 minutos, esclarecesse melhor aos Deputados sobre o andamento dessa questão dentro do MEC.

Gostaria de ouvir a opinião de V.Exas., se desejam fazer algo formal ou se poderíamos ir por este caminho de uma certa informalidade.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Qual capítulo, o da gramática?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O da gramática, não; o da sexualidade. Quanto à gramática, eu acho que existe um pedido na Comissão de Educação e não há razão para repetirmos aqui. Foi apresentado, se não estou enganado, por V.Exa — é isso?

O que V.Exa. acha, Deputado Artur?

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Presidente Gastão, eu estive na semana passada em uma reunião com o Ministro e vários dirigentes do movimento LGBT. E o Ministro disse que iria discutir uma proposta de cartilha — ainda não há nada oficial — com os secretários estaduais e secretários municipais de educação para ter uma posição do Ministério; que o Ministério não iria agir sem ouvir os secretários de educação.

Mas creio que é importante um debate sobre essa questão, para que o Ministério manifeste quais são as razões, o que motiva o Ministério a elaborar esse material. Não vejo nenhum problema.

Só queria dar essa informação que eu ouvi do Ministro. Achei de muita responsabilidade S.Exa. ouvir os representantes dos sistemas municipais e estaduais de educação, os dirigentes maiores, que são os secretários.

Mas creio que podemos fazer uma reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Poderemos ir por esse caminho.

Deputado Nelson Marchezan.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu tenho uma certa angústia. Eu já relatei aqui algumas vezes que eu não



sou um especialista na área de educação, mas tenho algumas noções básicas de gestão, de planejamento. E o Plano Nacional de Educação é um planejamento.

Estamos analisando o material que veio do Ministério e que supostamente seria um diagnóstico. É uma série de textos, com números soltos, esparsos, sem nenhuma definição objetiva, sem nenhuma métrica, sem nenhum critério de apresentação para que se possa dizer que é um diagnóstico que possibilite, de uma forma coerente e criteriosa, estabelecer novas metas, novos objetivos.

Então, vou apresentar um requerimento aqui pedindo que se aumente o prazo de emendas, para ser analisado na semana que V.Exa., e que esse prazo não termine até que o Ministério apresente um diagnóstico que seja coerente, porque, segundo a boa técnica legislativa e o nosso Regimento — e não só o nosso, mas o de qualquer Casa Legislativa, Deputado Rogério —, uma lei sem justificativa é ilegal, ou um projeto sem justificativa não pode tramitar, e o PNE, sem um diagnóstico, para mim, também não deve tramitar.

Portanto, quero deixar isso registrado.

E, segundo, se o Presidente ou o Relator têm alguma informação sobre o porquê de o Ministro ir a tantas outras audiências falar sobre o PNE, a tantas outras entidades, sindicatos, associações, confederações, e não vem aqui. Por que S.Exa. não vem a esta Comissão? O Ministro não virá? S.Exa. tem dificuldade em defender o PNE? Qual é o problema? Quer deixar passar o prazo das emendas? Acho que seria interessante que S.Exa. tivesse vindo, inclusive, antes de abrir o prazo.

Então, vou sugerir, Deputados Gastão Vieira e Angelo Vanhoni, irmos até o Ministério. Convocamos os Deputados da Comissão e vamos lá, porque, individualmente, os Deputados têm ido, e o Ministro vai a outros locais, mas aqui não veio para discutir.

Então, eu queria deixar isso registrado para V.Exas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. vai apresentar o requerimento, não é? Com relação a esse assunto, vou dar duas informações. Primeiro, o prazo de emendas começou ontem, não contou, porque não tivemos sessão ordinária. Temos já recebidas e à disposição de todos no portal da Comissão 228 emendas, e, em tese, esse prazo será de uns 20 dias.



Regimentalmente, V.Exa. poderá encaminhar esse pedido de prorrogação, mas ele será submetido diretamente ao Presidente da Casa. É absolutamente legítimo e justo que, não se conformando com o diagnóstico que recebeu, V.Exa. queria maiores esclarecimentos por parte do Ministério.

Com relação à vinda do Ministro, vou passar a palavra ao Relator, o Deputado Angelo Vanhoni, que foi quem iniciou esses entendimentos com o Ministro sobre sua vinda aqui ou a nossa ida lá.

V.Exa. quer falar alguma coisa sobre isso. Deputado?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Eu tenho a mesma impressão que o Deputado Marchezan. Não tenho nenhuma opinião, porque conversei com o Secretário-Adjunto, o Chagas, na semana passada — estivemos juntos em duas oportunidades, em duas audiências públicas —, e ele não soube me dizer o motivo da não definição da vinda do Ministro.

Ontem, eu ainda tentei conversar com o Chefe de Gabinete do Ministro, mas por estar envolvido em diversas reuniões, ele não retornou a ligação. Talvez por causa dos problemas que estão acontecendo no Ministério, eu não tenho conhecimento.

Então, acho que nós aqui temos de continuar tocando o nosso trabalho. Na hora em que o Ministro conseguir marcar e resolver, vamos recebê-lo aqui com a maior satisfação e escutar de S.Exa. as ponderações a respeito do plano. Mas acho que temos de ir tocando aqui o nosso trabalho.

O Ministro das Comunicações não pôde marcar na semana passada. Então, ficamos de tentar marcar nesta semana, mas, por causa da votação do Código Florestal e os problemas envolvendo o Ministro da Casa Civil, acho que as agendas dos Ministros estão mais compactadas.

Então, acho que para a outra semana já poderemos trazer pelo menos o Ministro das Comunicações para vir falar do plano de expansão da Internet no Brasil, o que se está pensando, como trabalhar isso com as escolas. Acho que o Ministro vai inclusive trazer uma sugestão sobre o que nós podemos prever de metas nessa plataforma no PNE, o que podemos prever de metas nessa relação com a plataforma tecnológica para os próximos 10 anos, compreendendo as escolas públicas do Brasil.



Acho interessante, porque até agora não fizemos esse debate. Não há nenhuma meta que faça alusão a uma estratégia. Aliás, acho que uma das estratégias fala, *en passant*, sobre as novas plataformas.

Eu relatei para os senhores aqui a expediência da Coreia. Eles estão lá com 50 *megabytes* públicos. O Brasil pretende por 1 *megabyte* público, e a projeção da Coreia é chegar a 1 *gigabyte* até 2016. Eles vão multiplicar por muito o potencial de espaço na banda. A ideia é trabalhar com audiovisual pleno, isto é, se o cidadão precisa baixar um filme, um audiovisual pesado, de meia hora de duração, o *download* será feito em 1 minuto, a fim de que isso sirva de instrumento de múltiplo uso, inclusive nas escolas. E as escolas estão utilizando *tablets*, não vão utilizar mais o livro didático, que será um arquivo; os conteúdos serão todos via *tablet*, e o professor, claro, é o condutor, mas a escrita, a análise e os textos, tudo no *tablet*, e o aluno tem um *pen drive*. A ideia é fazer com que a sala de aula...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Isso, vai acabar o livro didático, mas a escrita continua, não se terá a escrita manual, com lápis e caneta, mas continua a haver a escrita, o desenvolvimento do conhecimento da linguagem escrita, que, aliás, é objeto, pelo que ouvi aqui, da sua interrogação em relação ao livro recentemente divulgado e que fala sobre concordância verbal.

Portanto, esse instrumento continua possibilitando as duas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Rogério Marinho acompanha mais esse assunto, mas acho que li alguma coisa sobre desoneração dos *tablets*. É isso?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Sim, Sr. Presidente, uma desoneração de 36%. Vão desonerar IPI, COFINS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Apenas para encerrar essa questão do Deputado Nelson, quero dizer que eu concordo plenamente com o Deputado Angelo Vanhoni: vamos tocar o nosso trabalho. O Sr. Ministro já foi convidado e lembrado do compromisso. Marcou, não pôde vir por motivos plenamente justificáveis naquela semana, mas abriu a possibilidade também de receber lá um grupo de Deputados.



Creio que para o Governo... No domingo, assisti a um fato novo que colocou o plano, talvez de forma indireta, na preocupação dos brasileiros: cobrança pública da professora da terra do Deputado Rogério Marinho feita durante o programa do Faustão, depois de repetir aquilo que já tínhamos conhecido pelo *YouTube*. A professora fez um forte apelo final no sentido de que se estabeleça aqui, no plano — gostei do uso da palavra plano, que saiu ali 3 vezes —, a destinação de 10% do PIB.

Portanto, isso está criando um caldo.

Como o Governo é o autor da proposta de 7%, e tenho repetido aonde vou que o trabalho do Ricardo já mostra que os 7% não pagam as despesas de hoje da educação; como essa questão demográfica tem me encantado muito e tenho ouvido outras pessoas que começam a me convencer de que um valor *per capita* para o aluno talvez ofereça muito mais segurança para o financiamento da educação do que se estabelecer um percentual do PIB; e como amanhã vamos ter aqui nesta Comissão — e convido todos que aqui estão, Deputados, assessores, consultores — uma grande audiência sobre financiamento público, com o Deputado Federal Thiago Peixoto, que vai representar o CONSED; o Dr. Jorge Abrahão de Castro, do IPEA; o Dr. Nelson Cardoso Amaral, da Universidade Federal de Goiás; o Dr. Marcelino Rezende Pinto, da USP, e a Dra. Cleuza Rodrigues, Presidente da UNDIME... Eles vão fazer essa primeira grande reunião sobre financiamento. E acho que essa questão é que vai acabar “pegando” bastante aqui. A notícia saiu no *Fantástico* também.

Deputado Rogério Marinho, sendo V.Exa. um homem de financiamento e do Rio Grande do Norte, gostaria de fazer alguma consideração enquanto informo à Deputada Alice Portugal que já aprovamos seu requerimento em plena homenagem às mulheres baianas?

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Bem, Presidente, agradeço-lhe as referências, todas elas fruto da generosidade de V.Exa., e quero dizer ao Relator e aos nossos companheiros aqui que, na última semana, tivemos um evento interessante, que mostra a força das redes sociais: o desabafo da Profa. Amanda, da rede pública ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - É Amanda ou Amada?



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Amanda que está sendo amada pela rede social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Amanda Gurgel, não é isso?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Amanda Gurgel. Ela que é professora tanto do Município como do Estado, fez um depoimento incisivo, forte e emocional, e houve mais de 1 milhão de acessos ao seu vídeo, mas o principal é a mensagem que ela deixa e que V.Exa. em tão boa hora nos lembra: ela colocou com muita força e com muito vigor a necessidade de discutirmos o financiamento.

Os 10% talvez sejam uma meta que a curto prazo tenhamos dificuldade de implementar, uma vez que hoje está em torno de 5%. Dobrar ...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Depende de qual ângulo olhemos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - O.k., mas pode ser um marco a ser perseguido, inclusive de forma escalonada, gradativa, como foi, por exemplo, a retirada da DRU da educação, paulatina e gradativamente.

Então, amanhã teremos oportunidade de discutir isso na nossa audiência pública e vermos se é possível e principalmente qual a responsabilidade dos entes federados. Na minha opinião, acho que é uma discussão que tem de ser feita, uma vez que a União é quem mais arrecada e quem menos proporcionalmente contribui nessa ampliação. Então, ela poderia dar um suporte maior aos Estados e Municípios, principalmente àqueles que têm historicamente, em razão do nosso equilíbrio e do nosso pacto federativo, menor condição financeira de fazer esse investimento, para que tenhamos uma média, como V.Exa. ressalta, um *per capita* médio. Aí, vamos tentar atingir um nível de excelência de quem tem o melhor *per capita* e a qualidade desse gasto. É importante a responsabilização dos gestores, o estabelecimento de metas e responsabilidade no gasto para termos melhor retorno.

No mais, vamos à nossa audiência amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu queria ouvir a opinião do Consultor Ricardo, aqui presente. Os senhores podem usar a palavra, não há problema algum.



O estudo que recebi sobre essa questão do percentual do PIB, que foi feito para mim pelo Dr. Michal Gartenkraut, mostra que 80% do gasto do PIB com educação vem de Estados e de Municípios. A União entra apenas com 20%, o que me levou, na discussão do Conselho Nacional de Educação, a dizer que é indispensável que os Governadores, ou, pelo menos alguns deles, sentem na mesa conosco, porque, na verdade, são eles que vão pagar a conta, não o Governo Federal.

Eu não sei se o Ricardo tem dados sobre isso. Ele faz um cálculo: 2,4 os Municípios; 2,2 os Estados, ou o contrário. Então, de 5,7, temos 4,8 de gastos estaduais e municipais. Então, se queremos fazer um plano e aumentar de 7 para 10 sem ouvir os Estados..

E chamei a atenção, Deputado Angelo — estava lá e quero partilhar isso que alguém da consultoria me mostrou —, para o fato de que o plano deveria vir por lei complementar, e não por lei ordinária. Não se pode mexer em competência de Estados e Municípios por intermédio de lei ordinária. O caminho seria uma lei complementar, o que já deixa aberta a ampla possibilidade de os Estados e Municípios questionarem no Supremo as decisões que tomarmos aqui em relação ao plano.

De qualquer forma, tem de haver um entendimento, que começamos e vamos prosseguir com o Governador do Ceará, Cid Gomes — a audiência foi aprovada hoje —, no dia 10 estaremos com o Governador de Minas Gerais, Anastasia. Também podemos conversar com o Governador da Bahia, Jaques Wagner, no dia 9. Enfim, vamos ouvir os Governadores, vamos tentar envolvê-los nesse processo. Está marcado: dia 9, na Bahia; no dia 10, em Minas Gerais e no Amazonas, respectivamente, em Belo Horizonte e Manaus.

Nossa Comissão ganhou grande visibilidade com a discussão havida no último domingo, no *Domingão do Faustão*. E acho que temos de correr atrás dos Governadores, explicitar mais essas contas.

Mas a minha pergunta direta, até atendendo a um pedido do Deputado Nelson Marchezan Júnior, é qual a opinião da Consultoria e do Ricardo, a quem encaminhamos os documentos que o MEC entregou a esta Casa; se é um diagnóstico; se satisfaz do ponto de vista da Consultoria, não do ponto de vista do



Deputado Nelson, autor do primeiro requerimento. Queremos ouvir a opinião dos senhores.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, quero solicitar à Mesa da Comissão que faça um pedido de audiência com o Governador. Eu e os demais Deputados da Bahia podemos trabalhar para tentar ajustar a agenda para o mesmo dia da audiência; dessa forma, não haveria duas idas. Com uma solicitação formal, seria mais fácil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O.k.

Peço, então, à Secretária Terezinha que providencie um ofício a ser assinado por mim e pelo Relator, Deputado Angelo Vanhoni, solicitando que, estando na Bahia a Comissão, o Governador Jaques Wagner nos receba em audiência para discutir o PNE, deixando bem claro o objetivo da nossa audiência com S.Exa.

**O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS** - Se V.Exa. me permite, vou passar a palavra ao Paulo, nosso Coordenador, que dará uma visão mais geral do que estamos fazendo.

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Se bem entendi a pergunta, Deputado, quanto às notas corresponderem a um diagnóstico, façamos uma análise, primeiro, formal. Não são diagnósticos. Diagnóstico seria uma peça diferente daquelas notas. Agora, elas dão elementos que até então não haviam aparecido para que se possa fazer alguma avaliação. Por exemplo, existe uma planilha de custos, ou seja, já existe a possibilidade de se concordar ou discordar de alguns dados apresentados, coisa que não existia até o encaminhamento das notas. De alguma maneira, isso dá um novo patamar para a discussão. As notas contribuem nesse sentido com a discussão.

Agora, formalmente, elas não são diagnóstico, como formalmente também, se formos analisar a LDB, ela não fala expressamente de diagnóstico quando se refere ao Plano Nacional de Educação, refere-se às diretrizes e metas.

É claro que teria sido uma boa prática se o projeto de lei viesse acompanhado de um diagnóstico. Então, as notas não são um diagnóstico, mas dão alguns elementos novos para enriquecer o debate. Inclusive, esses elementos poderão ser explorados com os expositores na audiência de amanhã.



Do ponto de vista do conteúdo das notas, nós estamos iniciando os estudos. Não temos um material complexo, e nos próximos dias vamos aprofundar a discussão interna do grupo que está acompanhando o PNE, nós e a colega Carolina, que no momento não está aqui porque está na Comissão de Turismo e Desporto.

Existe até a informação de que houve um acréscimo a essas notas. E só tomamos conhecimento da existência dessa versão atualizada hoje. Então, teremos de dar uma olhada nela para ver até que ponto ela acrescenta dados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Essa versão mais atualizada já está à disposição de todos na página da Comissão na Internet, Dr. Paulo.

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - São dados interessantes, inclusive muitos Parlamentares com quem temos conversado têm apontado sobre a necessidade ou utilidade de metas intermediárias. Não havia um parâmetro para entrarmos na discussão, agora já há. Pelas tabelas incluídas em algumas metas dessas notas eventualmente podemos avançar na discussão de metas intermediárias.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Sobre a vinda dos Srs. José Francisco Soares e de Simon Schwartzman, a Consultoria mandou um roteiro para os Deputados com alguns pontos que seriam abordados pelos dois convidados, e percebi que foi um instrumento muito útil para os Parlamentares.

Pergunto se para a audiência de amanhã os senhores vão encaminhar também alguns pontos produto dessas notas encaminhadas pelo MEC que possam subsidiar principalmente o debate a respeito do financiamento da educação. Se vão disponibilizar também para os Deputados esse pequeno roteiro de indagações.

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Deputado, normalmente é o padrão do trabalho da Consultoria disponibilizar. Claro que é público, mas encaminhamos ao Relator, com cópia para o Presidente, algumas sugestões de temas a serem abordados. Isso tem sido feito. Já foi feito anteriormente e vai continuar sendo feito. Mandaremos hoje essas sugestões.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Podemos fazer como da vez anterior: partilhar esse roteiro com os Deputados integrantes da Comissão. V.Exa. me autoriza, Relator?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** – Claro, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O.K.

Dr. Paulo, o senhor esteve conosco no Conselho Nacional de Educação e acompanhou o debate sobre o Plano Nacional de Educação. Eu participei de uma Mesa com os Deputados Angelo e Fátima; depois nos retiramos. Há algum comentário que o senhor gostaria de fazer a respeito de algum ponto no debate feito pelo Conselho? O que eu li nos jornais é muito repetitivo sobre as conclusões a que chegou o Conselho ou às recomendações que fez. Durante o debate, o senhor percebeu alguma coisa que pudesse ser mais interessante para o debate na Comissão?

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - O próprio fato de o Conselho oferecer algumas sugestões passa a ser um tema do conhecimento dos Parlamentares, enfim, são sugestões que devem ser apreciadas pela Comissão.

O Conselho apresenta até emendas supressivas, aditivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Qual a emenda supressiva apresentada pelo Conselho?

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Se não estou enganado, refere-se à prova nacional para definição de Diretores. Há uma estratégia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Problema de escolha.

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Não, não é referente à escolha. É à prova.

O Conselho faz uma emenda aditiva com referência ao sistema nacional de educação, o que, de alguma maneira — e isso até foi dito em uma audiência pública anterior —, atende um comando constitucional. O art. 214 faz uma referência direta ao PNE como articulador do sistema. Então, o Conselho Nacional de Educação, atento a esse dispositivo constitucional, faz uma emenda aditiva.

E, mais uma vez, surgiu a questão do percentual a ser aplicado em relação ao PIB, 10% foi a...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eles mantêm uma proposta de 10%?

**O SR PAULO DE SENA MARTINS** - Dez por cento. Já era a proposta do Conselho desde aquela Portaria nº 10 do ano passado. Eles reafirmam. E outro aspecto que eu achei interessante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Não entendi. Uma portaria do Conselho recomenda que se tenha 10% de gasto do PIB em educação. É isso?

**O SR PAULO DE SENA MARTINS** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Uma portaria do Conselho recomenda ao Governo...

**O SR PAULO DE SENA MARTINS** - É o parecer...

(Não identificado) - É o parecer nº 8, mas ainda não está homologado.

**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Enfim, a posição explicitada pelos membros do Conselho é de defesa dos 10%, como disse a Prof. Regina, que fez a exposição e é Secretária de Educação aqui do DF.

E, como espectador, acho que houve uma concordância, pelo que eu percebi, quanto àquela menção que V.Exa. fez com relação ao Conselhão, que continua sendo uma ideia. Até o Dr. Mozart, em conversa posterior, fez uma referência direta a isso, que talvez o próprio CNE provocasse essa reunião com o Conselhão, para que surgisse o tema do PNE, considerando, inclusive, que este ano haverá a elaboração do PPA. Também é um assunto que deveria ser.... Nós não deveríamos ficar tão distantes, e termos isso em conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Já o Conselho está instituído e hoje está sob responsabilidade daquela Secretaria ou Ministério que tem uma sigla horrível e que era do Mangabeira, como é? Faço questão que alguém repita essa sigla aqui. Vai lá. Qual é a sigla, Ricardo?

**O SR PAULO DE SENA MARTINS** - SEALOPRA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira). Pois é, hoje está sob a responsabilidade da SEALOPRA.

**O SR PAULO DE SENA MARTINS** - O LOPRA é Longo Prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - É, Longo Prazo. Há várias maneiras de falar longo prazo.



Então, nós já fizemos um contato com o Ministro Moreira Franco, que nos explicou logo de saída que o Conselho tem quatro reuniões por ano, duas delas já com agenda absolutamente fechada. E nós, então, solicitamos ajuda — e o Deputado Nelson podia nos ajudar nisso — do Dr. Jorge Gerdau, que passa a ser hoje, embora não exatamente nessa função, um assessor privilegiado da Presidenta Dilma.

Eu sei que é importante, e o Deputado Angelo está plenamente de acordo, estou falando isso, porque nós ficamos muito tempo em Fortaleza falando sobre isso, e bate um pouco com essa demora da vinda do Ministro aqui, o Governo precisa dizer o que quer do plano. O Governo como um todo precisa assumir uma atitude com relação ao plano. Quer plano, não quer plano. O que o Governo quer de nós aqui? Qual a importância que o Governo dá ao plano? Eu acho que essa é uma meta, como dizia Jorge Ben Jor, a ser perseguida pelo goleiro. Então, nós vamos ficar em cima, e, se o Conselho quiser fazer uma recomendação, acho até que poderíamos aprovar uma manifestação da Comissão como um todo ao Ministro da SEALOPRA, pedindo que o PNE seja objeto de uma reunião extra do Conselho de Desenvolvimento...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - De plantão, não. Gostaria que V.Exa... A SEALOPRA está com o meu partido. O Ministro foi indicado pelo meu partido.

**(Não identificado)** - Foi só provocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - É claro. Eu adoro as provocações do PSDB, porque são todas muito sutis. *(Risos.)*

Moreira Franco é o Ministro, Deputado Rogério Marinho.

Essa é uma providência que precisamos tomar, porque tem tudo para ganhar corpo.

A Rede Globo está dedicando uma semana inteira ao assunto da educação, com um belo avião percorrendo o Brasil. Bolsonaro e Garotinho estão com essa confusão aqui. Então...

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - É, há bastante coisa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Há bastante coisa. Não é possível!

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Sr. Presidente, essa sua iniciativa está no caminho certo: levar o tema ao Conselho.

O Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, veio a público dizer que uma empresa da China e mais outras dez — vi numa reportagem que são 12 empresas — pretendem se instalar no Brasil nos próximos anos. Haverá investimentos da ordem de 10 bilhões de reais, enorme geração de empregos — técnicos vão trabalhar na composição e na manufatura de aparelhos eletroeletrônicos (*tablets* e similares). Porém, o Ministério da Educação disse que a defasagem de profissionais na área de ciência e tecnologia é de 100 mil técnicos, apenas em TI, no mercado brasileiro. Essa é a demanda atual por técnicos em informática, sem projeção de futuro, para ocuparem posições no nosso mercado. Falta mão de obra qualificada. Há investimentos anunciados. E o Congresso vem analisando o plano.

Uma das estratégias é a profunda reestruturação do ensino médio, necessidade há muitos anos diagnosticada. Já fizemos alguns debates a respeito. A última audiência pública versou sobre esse assunto. Vários Deputados que aqui militam têm ação destacada na área do ensino profissionalizante.

Vejo que, para que o PNE esteja relacionado, de maneira temática, à preocupação do Governo, devemos provocar a vinda de Ministros que têm afinidade com essa matéria para debaterem nesta Comissão. Daqui a pouco, todo mundo vai estar preocupado. Quando estivermos debatendo se o Relator colocou 10%, 9%, 8% ou manteve em 7%, a discussão vai tomar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O Relator não admite 11%?, 12%?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - É. 11%, 12%...

Lá na frente, a discussão vai tomar as praças, e todo mundo vai conversar sobre isso.

Mas, vejam: dada a importância de um plano que visa preparar o Brasil para o futuro na área da educação, com formação de mão de obra e qualificação profissional, é importante que o Governo se debruce sobre ele. As estratégias do



Ministério da Ciência e Tecnologia passam pelo PNE, assim como as estratégias de um bom plano nas áreas da cultura, área das comunicações e do desenvolvimento da indústria e do comércio.

Deveríamos dar um pouco mais de ênfase à vinda de Ministros a esta Comissão, tratar disso com mais carinho. Já aprovamos alguns convites.

Aproveito para dizer que dois ou três temas foram estabelecidos como meta nosso plano — como V.Exa. viu no Ceará e em outras audiências públicas, um dos itens está em debate —, e será muito importante fazermos uma audiência pública especial para tratarmos desses assuntos. O primeiro é a educação indígena no campo; outro, a educação vinculada aos afrodescendentes, aos quilombolas e à maioria negra em nosso País, e o outro o que diz respeito ao requerimento da Deputada Alice Portugal, as questões de gênero, a questão da mulher.

Além desses, merece especial atenção, porque há uma polêmica instaurada no Brasil, a questão das pessoas com deficiência. Quanto às diversidades, sejam elas étnicas ou sejam elas religiosas, tratadas no texto do PNE, eu acho que deveríamos, por um momento especial, convidar os Ministros das áreas para virem aqui expor suas opiniões, antes mesmo que se encerre o prazo das emendas, para que os Deputados que assim o desejarem possam ter uma explanação e pensar em apensar uma ou outra emenda, observando destacar esse ou aquele assunto no plano de metas.

Então, se assim os Deputados concordarem, a minha sugestão é no sentido de trazer alguns Ministros, a exemplo do Ministro da Indústria e Comércio para cá, convidar o Sr. Jorge Gerdau e o Ministro Mercadante para que venham aqui falar. É o plano de metas. Nós estamos falando de ensino profissionalizante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Quando falava em prazo — e agora estou falando em paciência — era exatamente porque eu acho que esses aspectos precisam ser abordados. Por exemplo, o Deputado Ariosto Holanda está, junto com a Comissão de Altos Estudos — não sei se é este o nome... *(pausa)*, não, é um Conselho presidido pelo Deputado Inocêncio Oliveira —, organizando uma ampla audiência que teria confirmada, senão estou enganado, a presença do Ministro Mercadante. Então, o Deputado Ariosto está cuidando disso.



O Deputado Eduardo Barbosa está cuidando da área das pessoas portadoras de necessidade especiais. Aliás, no Ceará, nós nos surpreendemos — e eu gostaria de dividir isso aqui com o pessoal da Consultoria e todos os que estão aqui — com a organização e a força do movimento ali representado pelos surdos e mudos, que não querem sua inclusão na escola comum, querem continuar separados. Foi um movimento muito bem organizado, eles sabiam exatamente o que queriam, com argumentos, com tudo, tanto que eu pedi que o Deputado Eduardo Barbosa entrasse em contato com o pessoal do Ceará e providenciasse sua ida até lá. Então, o Deputado Eduardo está cuidando disso. São 50 emendas que S.Exa. apresentou, emendas de altíssima competência, no sentido de abranger os diversos aspectos.

Gostaria que V.Exa., na condição de Relator, propusesse a data e as pessoas para essas outras duas Mesas, uma referente ao que propôs a Deputada Alice, combinaria com S.Exa., e a outra sobre a questão dos quilombolas — e a Ministra inclusive já manifestou o desejo de conversar com V.Exa. e comigo lá no Ministério. Poderíamos acertar e fechar essas duas audiências ainda durante o mês de junho.

Nesta quarta-feira agora nós teremos a audiência do financiamento. Na próxima quarta-feira, provavelmente teremos o Governador do Ceará, ou é dia 8 o Governador? *(Pausa.)*

Nós poderíamos, Deputado Angelo, reservar a terça ou a quinta para já fazer uma audiência dessa, porque é um assunto que não pode esperar. E se nós queremos pegar o prazo de emenda, deveremos fazer agora. V.Exa. pode articular, dar um nome, pois V.Exa. já tem um requerimento que o autoriza a se antecipar nessas coisas e que foi aprovado pelo Plenário, e nós fecharemos, então. Acelerariamos a do Deputado Ariosto... *(Pausa.)* O Deputado Ariosto vai fazer o dele em agosto.

Deputado Rogério Marinho, quanto à audiência que V.Exa. está organizando para uma discussão sobre o ensino médio diversificado, tema que vai além do PNE e traria como subproduto uma legislação própria para o ensino médio, V.Exa. teria já alguma informação a trazer à Comissão?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Bem, até para o nosso Relator aqui, informamos que nós tivemos uma conversa inicial com a CNI, para escutarmos da indústria também qual é a sua expectativa em relação à mão de obra que está



sendo formada para o mercado de trabalho, e a ideia é fazermos três ou quatro painéis nas principais regiões do País. Eu acho que na próxima semana, ou na quinta-feira agora, já teremos condição de conversar a respeito disso, e eles querem fazer um seminário em conjunto conosco, mas isso ocorreria no mês de setembro, ou seja, após o prazo das emendas.

Agora, a ideia é termos dois produtos: uma alternativa de legislação — inclusive conversamos com o Ministro a respeito —, um novo modelo de ensino médio; o segundo, V.Exa. até colocou há pouco, Deputado Angelo, um produto por meio do qual nós teríamos um censo da necessidade de mão de obra qualificada de ensino técnico, a demanda que a indústria e o comércio têm para os próximos 10 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa, que está trabalhando nessa área, não teria alguém da CNI que está projetando esses estudos, que está pensando sobre isso, que pudéssemos convidar para vir aqui antes do...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Pois não, perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Pode ser depois do prazo das emendas, porque há sugestões que, depois, no relatório, o Relator pode absorver. Nós não precisamos ter única e exclusivamente o prazo das emendas, o dia 15 de junho, pode ser no dia 18, pode ser, enfim, mas...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Presidente, veja qual é a conveniência e o encaixe, talvez, nessa audiência do Deputado Ariosto, que vai tratar de ensino técnico...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu acho, sabe Deputado Rogério, que essa audiência do Deputado Ariosto, sobre essa questão de desenvolvimento científico, desenvolvimento, patente, produção, enfim, vai tratar de tema tão amplo, que vai acabar... E no seu caso, há um aspecto importantíssimo: o PRONATEC.

Nós temos de puxar o PRONATEC para dentro do plano. Eu fiz algumas emendas, com a competente ajuda da nossa consultora Ana Valeska, e eu consegui apresentá-las. Eu não sabia que era uma dificuldade tão grande apresentar no plenário. É preciso ter cento e tantas assinaturas, é uma confusão.



Eu acho que o PRONATEC tem de vir para o debate que V.Exa. está organizando sobre o ensino médio diversificado. Aliás, eu recebi hoje, e virá oficialmente: V.Exa. e o Deputado Angelo estão sendo convidados pela FIESP para um debate no dia 17 de junho, em São Paulo, em que eles pretendem fazer uma abordagem sobre o Plano Nacional de Educação com o pessoal do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, alguns especialistas, vários empresários e também com o pessoal do PRONATEC.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Inclusive, Relator, a ideia é a seguinte: o Governo vai fazer uma ampliação do ensino técnico, está trabalhando em conjunto com o Sistema S para aumentar o número de matrículas, e também com a própria iniciativa privada, que hoje é detentora de um grande número de matrícula do ensino técnico profissionalizante.

Então, esse trabalho, esse produto, nortearia a expansão, quer dizer, qual é a necessidade real de cada região, de cada recanto do País, de que tipo de técnicos o País precisa, por exemplo, no Paraná, Estado de V.Exa., no Maranhão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O Maranhão está com um plano bom, mas é tão caro, que eu nem me iludo com ele. Custa 700 milhões. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - A ideia é termos um norteador, saber o que a indústria precisa, para que o investimento seja feito em consonância. Vamos ver aí quando poderemos encaixar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu vou encerrar, mas antes quero aproveitar...

Dr. Paulo Sena, como está o PRONATEC? Formaram a Comissão Especial, já há Presidente e Relator? Eu sei que o Presidente deve ser do PT, e o Relator do PMDB, ou vice-versa. Há alguma coisa do PRONATEC? *(Pausa.)* E a Lei de Responsabilidade Educacional, como é que está isso? Não saiu a Comissão Especial? Está aprovada, mas não está constituída? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, eu gostaria de apresentar o Prof. Ângelo, do Departamento de Educação do nosso Estado e da Universidade Federal do Estado do Paraná, e vai me acompanhar aqui nas terças e nas quartas-feiras para me ajudar a ler toda essa



problemática — ele é meu xará — para fazer uma leitura, enfim, das sugestões, das emendas, dos diagnósticos que estamos coletando em cada audiência pública, para interagir ali com os nossos consultores Paulo e Ricardo, com os nossos assessores.

Então, gostaria de apresentá-lo à equipe e ao Presidente Gastão. Aqui estão alguns membros da Comissão e a Secretária Terezinha — ele vai ficar conosco nesses próximos três, quatro meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Seja bem-vindo.

Lembro que amanhã, a partir das 14h30min, neste mesmo plenário, haverá audiência pública sobre financiamento, com as pessoas que nós já nominamos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.